

## A VOZ SILENCIADA DOS PROFESSORES NA FORMULAÇÃO DO DOCUMENTO CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO


*Roberta Fernandes Vieira*<sup>1</sup>

 <https://orcid.org/0000-0003-3574-4416>

*Jacilene Silva da Cruz*<sup>2</sup>

 <https://orcid.org/0000-0001-8500-055X>

*Elialdo Rodrigues de Oliveira*<sup>3</sup>

 <https://orcid.org/0000-0001-8903-0625>

**Resumo:** O presente artigo trata da contribuição dos professores no processo de consulta pública para a elaboração do Documento Curricular do Estado de Roraima (DCRR), etapa Ensino Médio. Esta pesquisa objetiva saber como se deu a contribuição dos professores no processo de consulta pública, identificar como conheceram o documento e refletir sobre a autoavaliação feita pelos próprios professores sobre a sua participação nesta ação. Através de pesquisas bibliográfica-documental e de campo, os professores responderam a um questionário na plataforma *Google Forms*. Após esse processo, essa pesquisa conclui que a consulta pública se deu de forma superficial e aligeirada, acontecendo ao mesmo tempo a leitura, reflexão, discussão e contribuição. Sendo assim a participação não se deu de forma concreta, pois o DCRR não foi conhecido e discutido profundamente. Os professores sabem da importância do documento enquanto norteador de suas práticas pedagógicas, já que se reconhecem na linha de frente do processo educativo, mas ressaltam que houve uma pseudoparticipação legitimizada na rapidez do processo e na ausência da voz do professor no documento, visto que este lhes surgiu desenhado e definido em contornos que não se originaram no cotidiano das salas de aula.

**Palavras-chave:** Documento curricular; participação; professores.



---

<sup>1</sup> Mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Roraima - UERR. Professora de Língua Portuguesa, Literatura e Produção Textual na Escola Estadual Gonçalves Dias em Boa Vista Roraima. E-mail: [robertafernandesvieira0@gmail.com](mailto:robertafernandesvieira0@gmail.com).

<sup>2</sup> Mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Roraima - UERR. Professora de Língua Portuguesa, Literatura e Produção Textual na Escola Estadual Gonçalves Dias em Boa Vista Roraima. E-mail: [jaciscapin@gmail.com](mailto:jaciscapin@gmail.com).

<sup>3</sup> Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Professor na Universidade Estadual de Roraima (UERR). E-mail: [elialdo\\_oliveira@hotmail.com](mailto:elialdo_oliveira@hotmail.com).

## THE TEACHERS' SILENCED VOICE IN THE FORMULATION OF THE HIGH SCHOOL CURRICULAR DOCUMENT

**Abstract:** This article deals with the contribution of teachers in the public consultation process for the elaboration of the Curricular Document of the State of Roraima (DCRR), High School stage. This research aims to find out how the teachers contributed to the public consultation process, identify how they got to know the document and reflect on the self-assessment made by the teachers themselves about their participation in this action. Through bibliographic-documentary and field research, the teachers answered a questionnaire on the Google Forms platform. After this process, this research concludes that the public consultation took place in a superficial and light way, with reading, reflection, discussion and contribution happening at the same time. Therefore, participation did not take place in a concrete way, as the DCRR was not known and discussed in depth. Teachers are aware of the importance of the document as a guide for their pedagogical practices, since they recognize themselves at the forefront of the educational process, but point out that there was a legitimate pseudo-participation in the speed of the process and in the absence of the teacher's voice in the document, since it came to them designed and defined in contours that did not originate in the classroom's daily life.

**Keywords:** Curricular document; participation; teachers.

## LA VOZ SILENCIADA DE MAESTROS EN LA FORMULACIÓN DEL DOCUMENTO CURRICULAR DE BACHILLERATO

**Resumen:** Este artículo trata sobre la contribución de los docentes en el proceso de consulta pública para la elaboración del Documento Curricular del Estado de Roraima (DCRR), etapa Bachillerato. Esta investigación tiene como objetivo conocer cómo los docentes contribuyeron al proceso de consulta pública, identificar cómo llegaron a conocer el documento y reflexionar sobre la autoevaluación realizada por los propios docentes sobre su participación en esta acción. A través de la investigación bibliográfico-documental y de campo, los profesores respondieron un cuestionario en la plataforma Google Forms. Luego de este proceso, esta investigación concluye que la consulta pública se desarrolló de manera superficial y liviana, con lectura, reflexión, discusión y aportación al mismo tiempo. Así, la participación no se dio de forma concreta, ya que el DCRR no fue conocido y discutido en profundidad. Los docentes son conscientes de la importancia del documento como guía para sus prácticas pedagógicas, ya que se reconocen a la vanguardia del proceso educativo, pero señalan que hubo una pseudoparticipación legítima en la rapidez del proceso y en la ausencia de la voz del docente en el documento, ya que este documento les llegó diseñados y definido en contornos que no se originaron en el aula.

**Palabras clave:** Documento Curricular; participación; docentes.

## **Introdução**

A Base Nacional Curricular Comum para etapa Ensino Médio foi homologada pelo Ministro da Educação Rossieli Soares em 14 de dezembro de 2018. Documento normativo alicerçado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB<sup>4</sup> que define o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica e objetiva ser a balizadora da qualidade da educação no País por meio do estabelecimento de um patamar de aprendizagens e desenvolvimento a que todos os alunos têm direito. (BRASIL, 2020)

Após a homologação, as equipes ProBNCC iniciaram a reelaboração dos currículos estaduais, seguindo os mesmos critérios adotados na formulação do norteador nacional. Sendo assim, após ser debatido por especialistas, órgãos e entidades interessadas, foi criada a versão preliminar do Documento Curricular de Roraima – DCRR.

Pronta a versão preliminar, partiu-se para as consultas públicas. Tanto alunos quanto professores foram convidados a contribuir com o documento, em momentos diferentes, mas ambos foram levados a participar do documento através de plataformas virtuais.

Para os professores, o Dia Estadual de discussão sobre o Documento Curricular de Roraima da Etapa do Ensino Médio foi chamado de Dia “D”, mesmo nome dado às contribuições na BNCC. Com o intuito de analisar as competências e habilidades dispostas na versão preliminar e sugerir melhorias (RORAIMA, 2019). Em 30 de outubro de 2019, subdivididos por áreas de conhecimento, os professores da Escola Estadual Gonçalves Dias se reuniram para a leitura e inferências no documento.

Nesse contexto, surge o problema dessa pesquisa: como se deu a contribuição dos professores de Ensino Médio da Escola Estadual Gonçalves Dias no processo de consulta pública para o Documento Curricular do Estado?

Diante do exposto, esse artigo pretende em seu objetivo geral, saber como aconteceu a contribuição dos professores na consulta pública para a formulação do

---

<sup>4</sup> Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394, promulgada em 20 de dezembro de 1996.

Documento Curricular de Roraima (DCRR). Os objetivos específicos se concentram em identificar a maneira pela qual os professores conheceram o documento e refletir sobre a importância do professor nesse processo de contribuição.

Para tanto, primeiramente será discorrido sobre os objetivos e regulamentações das consultas públicas de maneira geral, para assim se fazer conhecer como se deu a participação dos professores na construção do DCRR.

## **1 Percorso metodológico**

Esse artigo caracteriza-se como qualitativo porque busca interligar todos os elementos participantes do processo. Segundo Oliveira (2009, p. 180), “enquanto pesquisa qualitativa, tomou o ambiente, sujeitos, participantes e fenômeno investigado como principal fonte de dados”. O sujeito pesquisador e o fenômeno pesquisado se constituem fontes que não podem ser isoladas, integram conjuntamente o percurso de aquisição da origem do conhecimento. A abordagem qualitativa preconiza uma partilha densa com pessoas, fatos e locais extraído dessa convivência significados perceptíveis através da atenção sensível (CHIZZOTTI, 2014). O tratamento de qualidade atribuído aos fenômenos intenciona reconhecer que esses advêm de indivíduos que atribuem significação a sua existência.

Para chegar as significações dadas ao fenômeno investigado, este trabalho optou por utilizar-se de questionário, segundo Severino (2019), questionário é um “conjunto de questões, sistematicamente articuladas que se destinem a levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados [...]. As questões devem ser pertinentes ao objeto e claramente formuladas [...]”. Dessa maneira, foi elaborado um questionário com cinco questões: quatro subjetivas e uma objetiva. Disposto na plataforma *Google Forms*, foi enviado ao público-alvo, professores de ensino médio da Escola Estadual Gonçalves Dias, cabe aqui ressaltar que, por se tratar de artigo, a Universidade Estadual de Roraima, UERR, dispensa o parecer do Comitê de Ética, além disso, foi garantido o anonimato dos participantes, mesmo assim, eles assinaram o Registro de Livre Consentimento Esclarecido – RLCE, que está devidamente arquivado em dispositivo digital seguro (HD externo). Importante igualmente

salientar que o contato e convite feito aos participantes se deu de forma amistosa e direta, uma vez que a escola escolhida é também onde as duas primeiras autoras desse artigo são lotadas. O link com as perguntas foi enviado diretamente aos sujeitos pela rede social de WhatsApp, sem intermediários, garantindo a segurança e o anonimato. Um total de 12 sujeitos responderam às perguntas, porém as questões subjetivas foram respondidas por apenas 10 e as objetivas pelo total de sujeitos.

Com o objetivo de desnudar o que nos foi dado, será feita uma abordagem fenomenológica, esta não busca interpretar os fenômenos através do levantamento de hipóteses, tampouco se fixa em partes fundamentais ou o categoriza, em vez disso, intenciona uma descrição do objeto de estudo, reconhecendo a inexistência deste sem o sujeito (TRIVIÑOS, 2019), estabelecendo assim em um primeiro momento, uma conexão ampla com o objeto. Em seguida, colocando em suspensão, será observado e descrito por todos os lados, uma vez que o objeto advém de relações humanas diárias e se faz necessário imprimir sobre ele uma visão mais profunda, a fim de chegar-se a sua essência, através de uma consciência pura (TRIVIÑOS, 2019).

Ainda segundo Severino (2019. p.134) “[...] com questões bem diretivas, obtém-se, do universo do sujeito, respostas também facilmente categorizáveis, sendo assim muito mais útil para o desenvolvimento de levantamentos sociais”, partindo dessa afirmação, as respostas foram categorizadas a partir das experiências vividas pelos sujeitos pesquisados. Reafirmando a abordagem fenomenológica escolhida para compreender o fenômeno investigado, as categorias foram dispostas em matrizes nomotéticas das significações, permitindo assim uma melhor interpretação do essencial (BOKDAN e BIKLEN, 1994).

## **2 A constituição das consultas públicas**

A democracia governamental brasileira não se constitui apenas de um parlamento que elabora um conjunto de normas regulamentadoras da nação. Além do direito de eleger seus representantes, existem outros mecanismos de participação popular no processo de gestão democrática do país. Referendos, audiências e consultas públicas são exemplos de meios pelos quais a sociedade civil pode e deve

participar a fim de consolidar essa forma de governo que tem como primazia a soberania popular.

Através do decreto 8.243 de 23 de março de 2014, a presidenta Dilma Rousseff cria a Política Nacional De Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação Social (SNPS), promovendo uma maior integração entre a população civil e a gestão do país. Embasada na Constituição Cidadã (BRASIL, 1988) no artigo primeiro, parágrafo único que diz que todo poder emana e deve ser exercido pelo povo. Subscrevendo e fortalecendo no território nacional o Artigo 21 da Declaração Universal dos Direitos Humanos “Toda pessoa tem o direito de tomar parte no governo de seu país, diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos” (Assembleia Geral da ONU, 1948, p. 4).

As consultas públicas acontecem em espaço de tempo pré-estabelecido e de maneira não-presencial. A participação não-presencial reconhece a imensidão do país e permite que mesmo estando distante dos grandes centros, todo o cidadão possa participar. É a aproximação do governo com a sociedade diversa que constitui o Brasil, fica evidente assim o respeito pela individualidade de cada região.

É o processo de participação em temas importantes que interessam a todos, ajuda na tomada de decisões, consolida a democracia e mostra uma governança transparente. Com o objetivo de dialogar com a sociedade civil, incentivá-la a agir no efetivo exercício de cidadania dando-lhe autonomia. A população pode contribuir como cidadão comum ou especialista, de maneira individualizada, também participa enquanto sociedade organizada, através de instituições e organizações sociais públicas, particulares ou não governamentais.

A atuação constitui-se em três etapas: primeiramente a verificação e o acesso a alguma consulta pública que esteja aberta. Em seguida, preenche-se o formulário de questões e finaliza-se encaminhando as respostas. Estas serão recebidas pelo órgão competente e posteriormente será elaborado um relatório das contribuições. Em relação às contribuições feitas à BNCC, o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) foi o responsável pela organização da participação da sociedade.

### **3 O processo de consulta pública na elaboração da BNCC**

O objetivo da consulta pública na elaboração da BNCC era de promover a participação e o aprimoramento do currículo de referência por meio das contribuições recebidas. Houve uma subdivisão para que esse processo acontecesse. Primeiramente determinou-se a quantidade de municípios e destes quais fariam ou colaborariam presencialmente e quais apresentariam contribuições *online*. Também contou como critério de divisão a quantidade de escolas municipais e estaduais. Por fim, quantos gestores, professores e alunos participariam do processo de consulta pública (BRASIL, 2015).

Ainda discorrendo sobre a consulta pública referente à BNCC, foi salientado quem poderia participar da consulta, chamando atenção para o grau de envolvimento que cada um tinha com o processo educativo. O documento que orientou quanto à participação, destaca a intenção dos estados em quem deveria ser envolvido no processo (BRASIL, 2015). Por exemplo, a participação da sociedade civil e dos professores se deu em patamares diferentes, uma vez que estes últimos estão estreitamente ligados ao processo educativo e já vêm participando de fóruns e debates sobre questões educacionais. Não foi uma lista fechada de quem poderia ou não participar, mas sempre voltados para pessoas e entidades que de alguma maneira estivesse relacionado com a questão educacional pública.

As formas de participação foram também divididas em três tipos: primeiramente a participação à distância, a partir da divulgação da BNCC e da Versão *Online*, através do compartilhamento de material formativo e do *link* formando uma rede de multiplicação, propiciando o acesso ao documento e a inserção da contribuição pessoal ou do grupo envolvido. Em segundo lugar, a participação presencial que se ocupou principalmente com as contribuições que seriam sistematizadas e inseridas no documento e, por fim, o envolvimento de especialistas, para mais credibilidade, daí foi válida a parceria com universidades e organizações da sociedade civil, assim como a equipe de redação do currículo que pôde trocar informações com seus pares (BRASIL, 2015).

Após todo esse processo de contribuição dos diversos setores da sociedade, fez-se necessário consolidar todas as informações recebidas, para isso as coordenações



estaduais sistematizaram um relatório final das consultas (BRASIL, 2015). Esse relatório enumerou participantes, escolas, se foi online, presencial, ou seja, os principais achados e como seriam incorporados ao documento.

O trajeto de consulta pública iniciado para a elaboração da Base Nacional Comum Curricular foi seguido para a formulação dos currículos estaduais. Sendo assim, o dia 30 de outubro de 2019 foi escolhido para a realização da etapa de contribuição na elaboração do Documento Curricular de Roraima – DCRR.

#### **4 Conhecendo o DCRR**

O Documento Curricular de Roraima é o conjunto de normatizações que vai direcionar o ensino nas séries finais da Educação Básica de acordo com as novas diretrizes para o Ensino Médio. Em termos mais simples é o braço estadual da BNCC, está sendo implementado no ano de 2021 e

[...] tem como objetivo apontar caminhos de natureza pedagógica, formativa e apresentar princípios e concepções, de modo a assegurar os direitos de aprendizagem dos estudantes, fundamentado nos dispositivos legais e alinhado à Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio – BNCC, homologada em dezembro de 2018 (RORAIMA, 2021, p. 5).

Com o estabelecido como objetivo pelo próprio DCRR, entende-se que este se configura na mais nova legislação em que vai se pautar o Ensino Médio do estado. É importante salientar que, por orientação da BNCC, todos os estados brasileiros deverão criar sua legislação levando em conta as diferenças e peculiaridades de cada unidade da federação:

A BNCC é um documento plural e contemporâneo, resultado de um trabalho coletivo inspirado nas mais avançadas experiências do mundo. A partir dela, as redes de ensino e instituições escolares públicas e particulares passarão a ter uma referência nacional comum e obrigatória para a elaboração dos seus currículos e propostas pedagógicas, promovendo a elevação da qualidade do ensino com equidade e preservando a autonomia dos entes federados e as particularidades regionais e locais (BRASIL, 2018, p. 5).

O DCRR – EM inicia sua apresentação fazendo um histórico dessa etapa de ensino no estado, ressaltando que a primeira oferta do curso equivalente data do ano de 1945, quando esse recanto do país ainda se configurava como território, segue até a sua transformação em estado no ano de 1991. Conclui afirmando que “[...]o Ensino



Médio, no Território do Rio Branco/Roraima foi desenvolvido com muito esforço, perseverança e dedicação daqueles que foram pioneiros, na missão de ensinar e educar por diferentes iniciativas” (RORAIMA, 2021, p. 15).

Ao se navegar pelo documento, percebe-se aos poucos a tentativa de se considerar o contexto cultural em que os alunos estão inseridos “[...]o presente Plano retoma a filosofia do anterior no que se refere ao conceito de Educação voltada para o contexto cultural [...]” (RORAIMA, 2021, p. 19), para, dessa forma, propiciar uma educação que tenha um alcance maior e seja mais efetiva considerando “as realidades da juventude” (RORAIMA, 2021, p. 18).

Em seguida, o DCRR destaca quais seriam essas especificidades do território roraimense, mencionando as questões socioambientais, geográficas e populacionais e justifica a constituição histórico-demográfica:

Essas mudanças ocorreram a partir da atuação de múltiplos agentes sociais, dentre eles indígenas, colonos, garimpeiros, militares e imigrantes, que acabaram por construir uma pluralidade territorial expressa na diversidade. (RORAIMA, 2021, p. 22).

Ainda exorta a escola a não só compreender esse contexto como interpretá-lo a partir da realidade para “refletir criticamente o seu contexto social e agir nele de forma mais racional e estratégica, aproveitando suas potencialidades e mitigando as suas deficiências para implementar as inovações do Novo Ensino Médio.” (RORAIMA, 2021, p. 23).

É importante ainda salientar que há uma preocupação em falar sobre quem são os sujeitos dessa etapa, ponderando ser a compreensão deste meio para a efetivação do Novo Ensino Médio, essa ponderação justifica-se através da escuta feita deles para a elaboração do documento, essa escuta aconteceu através da plataforma POVIR<sup>5</sup> (Roraima, 2021).

Ao destacar a participação do aluno, afirma ser este o principal ator desse processo e apresenta os Itinerários Formativos (IF), ressaltando a sua estrutura

---

<sup>5</sup> O Porvir é a principal plataforma de conteúdos e mobilização sobre inovações educacionais do Brasil. Desde 2012, mapeia, produz e difunde referências para inspirar e apoiar transformações que garantam equidade e qualidade na educação a todos os estudantes brasileiros. Em 2019, após sete anos como um projeto do Instituto *Inspirare*, tornou-se uma organização autônoma e sem fins lucrativos.

flexível para o aluno trilhar o caminho que mais se adequa aos seus interesses pessoais e alegando reforçar a autonomia da escola (RORAIMA, 2021). Em seguida diz que “Ainda vale ressaltar que “cabe a cada unidade escolar a elaboração da sua proposta pedagógica em consonância com o documento curricular definido pelo seu sistema de ensino” (RORAIMA, 2021, p. 40). Os dois excertos sugerem uma contradição no documento, mas a intenção é fazer uma breve apresentação do DCRR, as contradições não serão aqui discutidas. Vale mencionar que é apresentada a Formação Geral Básica organizada em torno dos eixos e as competências de cada grande área (Linguagens e suas Tecnologias – LGG, Matemática e suas Tecnologias – MAT, Ciências da Natureza e suas Tecnologias – CNT, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – CHSA) (RORAIMA, 2021, p. 48), e a partir desses eixos, lista os objetos do conhecimento que equivalem aos conteúdos que serão ministrados pelos professores.

Enfim, cabe mencionar algumas observações feitas para a oferta de disciplinas eletivas, aquelas que comporão os itinerários formativos e estes serão escolhidos pelos alunos. O documento destaca que deve haver uma observância quanto à quantidade de alunos que a unidade de ensino possua e que o corpo docente tenha “disponibilidade de tempo, conhecimento, habilidades e, vocação dos professores.” (Roraima, 2021, p. 216 – grifo nosso), interessante o termo em destaque porque ele indica que os professores não serão preparados para esse novo formato, contudo estarão na linha de frente para a efetivação das propostas trazidas pelo DCRR.

## **5 Significações e interpretações sobre a participação dos professores na consulta pública do DCRR**

Com o objetivo de mostrar as interpretações sobre o fenômeno investigado: a percepção dos professores sobre a sua participação no processo de consulta pública para a construção do DCRR, este tópico está didaticamente subdividido em consonância com as perguntas enviadas e respondidas pelos professores. Estas traçaram um caminho que se inicia na ciência da consulta pública, em seguida aborda como se deu o conhecimento do documento, por fim vem a importância do momento de contribuição para professores.

Parte integrante de um todo muito maior, “O DCRR é versão estadual e solidifica a renovação do Novo Ensino Médio, pois incorpora as inovações curriculares normatizadas pela Base Nacional Comum Curricular – BNCC” (RORAIMA, 2019, s/p), o documento estadual servirá como base para a (re)elaboração dos projetos pedagógicos (PP), antes nomeados *projeto político pedagógico* (PPP), este que será o norteador mais próximo do planejamento de ensino dos professores. Reside nesse ponto a importância da audição das vozes dos professores, pois são eles que fazem o revozeamento de todas as elaborações diretamente para o aluno, objetivo maior da existência de todo o sistema de ensino.

### 5.1- A ciência do dia da consulta pública ao DCRR – significações e interpretações.

**Quadro 1** – Contribuições significativas de como o professor tomou ciência da realização da consulta pública na escola.

CATEGORIA	CONVERGÊNCIAS e/ou DIVERGÊNCIAS	SIGNIFICAÇÕES CATEGORIZADAS
Significações de como o professor tomou ciência da realização da consulta pública na escola	RE1, RE9, RE10	Através do Gestor
	RE2, RE3, RE5, RE8	Em reuniões
	RE4, RE6	Circular/memorando interno
	RE6	Grupo de WhatsApp
	RE7	Com antecedência.

**Fonte:** os autores da pesquisa

A consulta pública foi realizada no dia 30 de outubro de 2019 durante a reunião pedagógica quinzenal, conforme pauta, iniciando às 18 horas e finalizando as 21:50h. Nesse primeiro momento, foi questionado aos professores a maneira como foram informados sobre o evento.

Observando as descrições feitas pelos sujeitos da pesquisa sobre o fenômeno investigado, pode-se perceber que RE2, RE3, RE5, RE8 souberam que haveria um momento específico para contribuição no DCRR através de reunião, embora não definam em que tipo de reunião se deu a comunicação. Dessa maneira podem ter sido informados em reuniões pedagógicas convencionais ou em reuniões informais para avisos imediatos que acontecem na hora do intervalo, ação muito comum nas escolas.

Ao grupo de professores que afirma ter sabido através do gestor escolar (RE1, RE9, RE10) soma-se ao que informou ter sido comunicado através do grupo de WhatsApp e tem-se mais uma vez como resultado a comunicação não formal, uma vez que, tanto a fala do gestor isolada sobre evento direcionado a todos os professores, quanto a mensagem pela rede social não constituem um meio de comunicação oficial. Divergente a esses grupos estão (RE4, RE6) que assinalaram ter tomado conhecimento do dia da consulta pública através de documentação oficial, *circular ou memorando interno*. Sem exatidão de qual meio foi usado para a ciência, tem-se a descrição “com antecedência” (RE7), que apesar de relatar o tempo hábil, não esclarece o “como” da ciência da consulta pública.

As interpretações que podem ser feitas das significações dadas ao fenômeno através dos sujeitos pesquisados, revelam em princípio que, apesar de ser um evento de grande importância, a maneira como os professores foram informados transparece descaso, pois apenas dois professores descreveram que a informação chegou até eles oficialmente.

**Quadro 2** – Contribuições significativas sobre os meios pelos qual os professores conheceram o DCRR.

CATEGORIA	CONVERGÊNCIAS e/ou DIVERGÊNCIAS	SIGNIFICAÇÕES CATEGORIZADAS
Significações sobre os meios pelos qual os professores conheceram o DCRR	RE1, RE4, RE5, RE6, RE7, RE9, RE10	Lido pelo colega na reunião
	RE2	Em reunião na SEED.
	RE8	Eventos da BNCC e portal do MEC.
	RE3	Não conheci

**Fonte:** os autores da pesquisa

Segundo Bicudo (1997, p.45/46) “A descrição descreve o movimento dos atos da consciência, [...] a experiência vivida. [...]. A exposição do vivido como sentido/percebido”. A autora defende que nas significações atribuídas ao fenômeno já se constituem uma interpretação da realidade vivenciada por eles enquanto sujeitos. O sujeito pesquisador então, interpreta, analisa uma interpretação vivida.

As descrições do quadro 2 revelam como os professores conheceram o documento sobre o qual colaborariam. É importante salientar que o dia da consulta

pública objetivava analisar e sugerir melhorias à proposta atual do DCRR para o Ensino Médio (Formação Geral Básica), (RORAIMA, 2019).

Partindo do objetivado pela Secretaria Estadual de Educação e Desporto de Roraima (SEED), observa-se que as significações RE1, RE4, RE5, RE6, RE7, RE9, RE10 embora não unânimes, mas em quantidade majoritária, convergem e relatam que o primeiro contato com o DCRR foi no momento de fazer as contribuições, através da leitura de um colega. Divergindo a essa significação, porém convergindo entre si RE2 e RE8, já tinham tido contato anterior com o referido material em eventos específicos para isso. Por fim RE3 relata não ter tido conhecido o documento.

Os Documentos Estaduais são uma versão regionalizada da BNCC, assim como o descrito na introdução desse artigo. O processo de elaboração seguiu os mesmos moldes da Base. A disponibilidade de tempo dada ao professor para a leitura individual somada ao disponível para leitura e discussão em grupo, efetivando a compreensão e a contribuição mais assertiva, contradiz o objetivo proposto para o dia *D*: “Hoje, analisaremos cada uma das competências e habilidades, a fim de conhecer o documento e propor sugestões de melhoria”, (RORAIMA, 2019, s/p). Como refletir sobre um documento tão importante, complexo, extenso e que interfere diretamente no planejamento e prática diária, se o professor teve um contato extremamente superficial, como mostram a maioria das significações? Carvalho e Lourenço, trazem a seguinte reflexão:

[...] o agenciamento maquínico de enunciação, que compõe a elaboração da BNCC, envolve firmas de consultoria privadas, grupos de pesquisa universitários, aparelhos midiáticos, dentre outros dispositivos que criam uma muralha semiótica contra a qual os saberes e as experiências de professores da Educação Básica são confrontados e subalternizados (quando não ignorados), retirando-lhes a capacidade e a vontade de apresentar problemas (CARVALHO E LOURENÇO, 2018, p. 7-8).

As autoras trazem a reflexão o silenciamento das vozes dos professores através do “agenciamento maquínico”, porém não é este engendramento a única forma de silenciá-los. Não permitir leituras e discussões que levem ao conhecimento mais amplo e culminem em contribuição efetiva é silenciar, ignorar a voz do professor na construção do DCRR.

## 5.2 – Contribuições dos professores

**Quadro 3** – Contribuições significativas sobre a importância da participação dos professores.

CATEGORIA	CONVERGÊNCIAS e/ou DIVERGÊNCIAS	SIGNIFICAÇÕES CATEGORIZADAS
Contribuições significativas sobre a importância da participação dos professores	RE1, RE2, RE3, RE4, RE5, RE6, RE7, RE8, RE9, RE10, RE11, RE12	Consideram importante.
		Não consideram importante.

**Fonte:** os autores da pesquisa

Os assuntos referentes a metodologias e ensino-aprendizagem na escola são falas constantes em reuniões de professores, por isso a necessidade de formação continuada, criação de grupos de estudo e prática da interdisciplinaridade deveriam permear o cotidiano desses profissionais da educação, porém, é preciso compreender que as escolas públicas do estado de Roraima passam por mudança de equipe gestora, quando muito demora, a cada quatro anos. Essa interferência política em escolas públicas, que acontece em quase todo país, muitas vezes dificulta o trabalho em equipe, que, quando funciona, logo se dissolve. De acordo com Llavador:

A política representa um grupo de ações empreendidas por um ou mais agentes ou instâncias a fim de conservar ou ganhar poder para defender seus interesses de outros que os consideram ameaças para o alcance dos próprios interesses. (LLAVADOR, 2013, p.39).

Sendo assim, indiferentes a interesses políticos, os professores permanecem à margem do processo decisivo que é a formulação do principal documento norteador do ensino aprendizagem.

A unanimidade das afirmativas aponta que os docentes se sentem parte do processo e que, com base na prática diária, podem contribuir significativamente com o documento, pois são eles quem o executam em sala de aula. Contudo, o tempo mínimo, sem espaço para discussões ou debates, revela que essas contribuições dos professores em documentos como o DCRR são essenciais para, conforme Carvalho e Lourenço (2018), legitimar o discurso dos experts (especialistas, mídia, pesquisadores

em diferentes áreas de conhecimento) e, sob uma aparente participação, mantê-los sob consulta sem efetivo poder de decisão.

**Quadro 4** – Contribuições significativas sobre a importância da participação dos professores.

CATEGORIA	CONVERGÊNCIAS e/ou DIVERGÊNCIAS	SIGNIFICAÇÕES CATEGORIZADAS
Contribuições significativas sobre a importância da participação dos professores	RE1, RE3, RE4, RE7, RE10	Professores que executam a ação.
	RE2, RE9	É o professor que sabe a realidade do aluno e faz o diagnóstico.
	RE5, RE11	Oportunidade de opinar, as decisões coletivas direcionam o trabalho do professor.
	RE8	Auxilia o desenvolvimento e direciona as políticas do país.
	RE6	Desde que tenha realizado a leitura na íntegra e confrontado com a BNCC.

**Fonte:** os autores da pesquisa

De acordo com Muñoz, (2013) “A formação dos professores tem uma finalidade fundamental: o aprimoramento da ação de ensinar e da aprendizagem, ou seja, a melhoria de todos os componentes que intervêm no currículo”, mas, como já mencionado neste artigo, não há como contribuir de forma significativa numa ação que durou menos de quatro horas, sem espaço para discussão ou aprofundamento do DCRR. Diante disso, fica evidente a participação do professor somente para validar um documento que possivelmente não modificará sua prática em sala de aula.

Mesmo diante do exposto, todos os componentes dessa pesquisa definiram como importantes suas contribuições e expuseram suas justificativas começando pelas significações RE1, RE3, RE4, RE7, RE10 que convergem no sentido de ser os professores os executores das ações. Na mesma linha responderam as significações RE2 e RE9, que colocaram em evidência o fato de os professores conhecerem a realidade dos alunos e fazerem diagnósticos escolares constantemente. RE5 e RE11



consideram como uma oportunidade de opinar e entendem que decisões coletivas direcionam o trabalho dos professores. Já RE8 acredita que essa contribuição auxilia o desenvolvimento e direcionam as políticas do país.

Conhecer bem o DCRR também esteve entre as significações pela seguinte resposta: “Desde que tenha realizado a leitura na íntegra e confrontado com a BNCC”. A condição em questão é ter conhecimento em sua totalidade, mais que isso, fazendo um paralelo com a base que o alicerçou.

A importância do documento para o processo educacional não foi condizente como o modo como os professores o conheceram e contribuíram. Para uma participação efetiva dos profissionais seria necessária uma leitura analítica, segundo Severino (2016) e esse tipo de leitura requer algumas etapas: preparação do texto, compreensão, interpretação para assim chegar à discussão, culminando nas contribuições e de acordo com as interpretações dadas ao fenômeno pelos professores, isso não ocorreu.

**Quadro 5 – Significações de como avalia a sua contribuição nesse documento.**

CATEGORIA	CONVERGÊNCIAS e/ou DIVERGÊNCIAS	SIGNIFICAÇÕES CATEGORIZADAS
Contribuições significativas de como o professor avalia a atividade de conhecimento e contribuição no documento	RE3, RE6	As normas já estavam certas, sem espaço para a voz do professor, a palavra final não é nossa.
	RE1, RE7, RE9	Muito rápido, sem tempo para discussões.
	RE5, RE10	Rasa, superficial. A SEED não deu a devida importância, sem tempo para compreensão do documento.
	RE2, RE4, RE8,	Importante, positiva – ao ler o professor deixar a sua contribuição e participar das discussões.

**Fonte:** os autores da pesquisa

Como escrito anteriormente, os professores se sentem parte importante no processo da formulação do currículo, pois tal ação permite a eles identificar

metodologias, conteúdos que tem mais chance de funcionar em sala de aula. Todavia, a falta de autonomia não lhes permite efetivar mudanças, assim como exposto pelas significações RE3 e RE6, justificando que “As normas já estavam certas, não havia espaço para a voz do professor”, por isso classificaram a ação como não proveitosa, já que esse não possui a palavra final.

Já as significações RE1, RE7 e RE9 reclamaram do pouco tempo para as discussões sobre o documento. De maneira negativa, RE5 e RE10 disseram que não foi dada importância devida ao DCRR, pois teve conhecimento de maneira rasa e superficial. As últimas alegações apontam para a falha de comunicação ou para falta de habilidade da equipe gestora em convencer os docentes sobre a relevância do documento no processo ensino-aprendizagem, revelando a não preocupação com a qualidade. O fenômeno mostra a fragilidade dessas equipes compostas de profissionais despreparados para lidar com questões referentes aos cargos que ocupam.

Vale mencionar que o momento escolhido para a leitura e contribuição desse documento foi uma noite de reunião pedagógica, das 18h às 21:30, depois de um dia exaustivo de trabalho em sala de aula, dificultando a assimilação do conteúdo e a formulação de melhores ideias para o DCRR. Mesmo assim, as significações, RE2, RE4, RE8 viram de forma positiva as contribuições de modo que disseram ser importante ler o documento e participar dele.

Para piorar, na escola pública o hábito de avaliar as ações, boas ou ruins, é quase inexistente, tornando difícil verificar erros ou acertos, por isso, o dia D, de contribuições dos professores no DCRR já foi esquecido, naturalizando o conceito de que nada muda.

## **6 Considerações**

O evidente papel figurativo do professor na elaboração do DCRR é determinado pelas condições em que se deu a participação deste na construção do documento. Principiando na tomada de conhecimento sobre a consulta pública, até o momento de fazer contribuições, o descaso é a marca da importância dada à voz de quem está na linha de frente do processo educacional

A lógica da construção desses norteadores, tanto a BNCC quanto o DCRR, descortinam um falseamento no discurso oficial. As interpretações dadas ao fenômeno revelam que os sujeitos pesquisados sabem que suas práticas não serão alteradas uma vez que não se inicia nelas a construção do documento. Ressaltar que é um norteador da prática educativa, mas que não parte desta, leva a conclusão de que se deseja uma educação alienante que não se inicia no aluno, tampouco chegará a este. O abandono ao professor e ao aluno é uma engenhosidade trabalhada de maneira sutil, permitindo-lhes falar, quando já não se faz necessária à sua voz, quando já se sabe que não será ouvido.

A maneira como o documento foi conhecido pelos professores, para que se efetivasse a sua participação, revela o descaso e se transfigura em um “não conhecer”, ou um “apenas saber que existe”, pois, foi essa a realidade vivida no processo de conhecimento. Não houve um aprofundamento, depois do documento pronto, um período para entender a que se propunha o DCRR para uma posterior contribuição. É sabido, chegando a constituir um lugar-comum, que o professor é peça chave no processo educacional, anular sua participação é, de antemão, decretar o fracasso, a ineficácia de um documento que foi propagado, pelas fontes oficiais, como o grande norteador do ensino.

Em suma, pode-se resumir que a contribuição dos professores no processo de consulta pública do DCRR se deu de forma aligeirada e superficial, pois não foi outorgado ao docente conhecer o documento a ponto de fazer propostas que realmente interfiram e provoquem melhoria para a educação e, conseqüentemente, altere de forma positiva as condições de ensino aprendizagem de cada aluno enquanto indivíduo singular.

## REFERÊNCIAS

- BOGDAN, Robert C. e BIKLEN, Sari Knoop. *Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Ed. Porto Editora, 1994, Porto – Portugal.
- BICUDO, M. A. V.; ESPÓSITO, V. H. C. (Org.). *Pesquisa qualitativa em educação: um enfoque fenomenológico*. 2. ed. Piracicaba. Editora Unimep, 1997.

BRASIL. *Planejamento das Consultas Públicas*. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/6.\\_Planejamento\\_da\\_consulta\\_publica\\_revMEC\\_FINAL.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/6._Planejamento_da_consulta_publica_revMEC_FINAL.pdf). Acesso em: 20/02/2020.

BRASIL. *Metodologia para sistematização das consultas públicas e revisão dos currículos estaduais*. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/4.\\_Metodologia\\_-\\_Sistematiza%C3%A7%C3%A3o\\_Consultas\\_P%C3%BAblicas\\_VALIDADO.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/4._Metodologia_-_Sistematiza%C3%A7%C3%A3o_Consultas_P%C3%BAblicas_VALIDADO.pdf). Acesso em: 20/02/2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016). Acessado em 17/08/2020.

BRASIL. *Participação Social – o governo ouvindo você: Consultas Públicas*. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/participacao-social/consultas-publicas>. Acessado em 16/08/2020.

CARVALHO, Janete Magalhães e LOURENÇO, Suzany Goulart. *O silenciamento de professores da Educação Básica pela estratégia de fazê-los falar*. Pro-Posições vol.29 no.2 Campinas maio/ago. 2018. Disponível em <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2017-0007>. Acesso em 19/09/2020.

LLAVADOR, Francisco Beltrán. *Política poder e controle do currículo*. In: GIMENO SACRISTÁN, José. Saberes e incertezas sobre o currículo. Porto Alegre: Penso, 2013. (38)- (53).

MUÑOZ, Francisco Imbernón. *A formação dos professores e o desenvolvimento do currículo*. In: GIMENO SACRISTÁN, José. Saberes e incertezas sobre o currículo. Porto Alegre: Penso, 2013. (494) - (507).

OLIVEIRA, Elialdo Rodrigues de. *A proposta curricular do curso de pedagogia da UERR e a realidade multicultural de Roraima*. 2016. Doutorado em Educação: Currículo – Pontifícia Universidade Católica – SP.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acessado em 16/08/2020.

RORAIMA. Secretaria Estadual de Educação Cultura e Desporto - SEED. *Dia D - Dia Estadual de discussão sobre o Documento Curricular de Roraima da Etapa do Ensino Médio*, 2019.

RORAIMA. Secretaria Estadual de Educação Cultura e Desporto – SEED. *Documento Curricular - Ensino Médio*, DCRR-EM, 2021.

SAVIANI, Dermeval. DUARTE, Newton (orgs). *Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar*. Campinas-SP. Autores Associados, 2012

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais – a pesquisa qualitativa em educação*. 1ª ed. São Paulo, Atlas, 2019.

*Recebido em: 16 fevereiro 2021*

*Aceite em: 03 outubro 2021*